



CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIVATES

CURSO DE PSICOLOGIA

**ABUSO SEXUAL INTRAFAMILIAR CONTRA CRIANÇAS E
ADOLESCENTES: REDE DE ATENÇÃO E CUIDADO EM MUNICÍPIO
DA REGIÃO DO VALE DO TAQUARI**

Jocieli Ferrari

Lajeado, novembro de 2013

Jocieli Ferrari

**ABUSO SEXUAL INTRAFAMILIAR CONTRA CRIANÇAS E
ADOLESCENTES: REDE DE ATENÇÃO E CUIDADO EM MUNICÍPIO
DA REGIÃO DO VALE DO TAQUARI**

Monografia apresentada na disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso II, do Curso de Psicologia, do Centro Universitário UNIVATES, como parte da exigência para a obtenção do título de Bacharel em Psicologia.

Orientadora: Profa. Dra. Lisandra Espíndula
Moreira

Lajeado, novembro de 2013

DEDICATÓRIA

Aos meus pais, pilares de sustentação em toda a minha trajetória de vida.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente a Deus, por me dar a vida e um propósito a ela. À minha mãe, pelo apoio incondicional que sempre me dedicou, apesar da distância e saudade em muitos momentos. Pelas boas vibrações e palavras de incentivo, sempre enviadas quando eu mais precisava. Ao meu pai, grande exemplo de coragem e determinação, que me faz seguir em frente, apesar das dificuldades.

À minha irmã e amiga, com quem sempre pude contar em todos os momentos e que me acolhe quando mais preciso. À minha sobrinha e afilhada, pelo carinho e delicadeza com que me faz acreditar nos sonhos. Aos amigos de perto e de longe, antigos ou recentes, com quem dividi grande parte das angústias e conquistas. Agradeço pela força e alegria compartilhadas comigo.

Agradeço àquela que me acolheu de forma afetuosa, me conduzindo pelos caminhos da pesquisa com paciência e maestria: professora Lisandra Espíndula Moreira. Agradeço, também, a todos que colaboraram para o meu crescimento pessoal e profissional, durante toda a minha graduação.



*A vida também é para ser lida.
Não literalmente, mas no seu suprasenso.
E a gente, por enquanto, só a lê por tortas linhas.*

Guimarães Rosa

RESUMO

O abuso sexual é uma forma de violência difícil de ser identificada e enfrentada, além de ter uma dinâmica complexa, que envolve aspectos psicológicos, sociais e legais. Compreende-se que há diferentes modos de se conceber a violência sexual intrafamiliar e, conforme essas diferentes concepções, serão produzidas formas distintas de atendimento às vítimas. Este é um estudo qualitativo, realizado com quatro instituições localizadas em um município da região do Vale do Taquari/RS, onde profissionais responsáveis pelo atendimento às crianças e adolescentes, vítimas de abuso sexual intrafamiliar atuam. O ponto de partida da pesquisa, através do mapeamento da rede, foi um serviço de assistência social. O tema da violência sexual intrafamiliar, do qual trata este trabalho, é bastante atual, sendo reconhecido atualmente como grave problema de saúde pública, exigindo preparo tanto dos profissionais quanto das instituições de saúde para atuarem junto à população. Nesse sentido, procurou-se investigar que concepções de abuso sexual, infância/adolescência e família são acionadas pelos profissionais que compõem a rede de atenção à vítima, buscando mapear os serviços de atenção e cuidado que essas vítimas têm acesso. Propôs-se, para isto, uma análise inspirada na noção de genealogia definida por Foucault (1979). Através dessa perspectiva, os materiais produzidos na pesquisa são analisados, buscando entender os diferentes regimes de verdade acerca de alguns conceitos, através do discurso dos profissionais, ressaltando que o discurso produz subjetividades, na medida em que é tomado como verdadeiro e legítimo. Os discursos destes profissionais são utilizados para a produção dos materiais de análise, possibilitando a problematização de alguns enunciados, como maternidade, família, abuso sexual, infância e adolescência e vulnerabilidade social.

Palavras-chave: Abuso sexual intrafamiliar. Discurso. Rede de atenção. Genealogia.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Principais serviços.....	33
Figura 2 – Fluxograma da rede	34

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Características dos profissionais entrevistados.....	35
---	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAPS	Centro de Atenção Psicossocial
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
CT	Conselho Tutelar
DEAM	Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
IML	Instituto Médico Legal
PAIR	Programa de Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil no Território Brasileiro
PNEVSCA	Programa Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes
UBS	Unidade Básica de Saúde

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	14
2.1 Que violência é esta? Caracterizando a violência sexual (intra)familiar	14
2.1.1 Um breve histórico	14
2.1.2 Violência sexual – conceitualização	15
2.2 Infância e Adolescência – problematizações.....	20
2.3 Família – história e conceitos	22
2.4 Políticas Públicas – rede de atenção à criança e ao adolescente	24
3 FERRAMENTAS METODOLÓGICAS	28
4 APROXIMAÇÃO DOS LOCAIS DE ATENDIMENTO.....	31
4.1 Fluxo da rede – serviços de atendimento	33
5 ANÁLISE DAS ENTREVISTAS	35
5.1 Maternidade	36
5.2 Família	41
5.3 Infância e Adolescência.....	44
5.4 Vulnerabilidade Social	46
5.5 Abuso Sexual.....	48
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	51

REFERÊNCIAS.....	54
APÊNDICES	57
APÊNDICE A – Roteiro de entrevista.....	58
APÊNDICE B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	60
ANEXOS	62
ANEXO A – Carta de Anuência.....	63



1 INTRODUÇÃO

Polícia investiga estupro de menino de 6 anos – 11 de julho de 2012.

O acusado de praticar o crime é tio da vítima, que foi preso em flagrante. O estupro foi percebido pela avó do garoto, mãe do suspeito, que entrou na sala quando os dois assistiam a um filme pornográfico. O menino levantava as calças e o acusado estava tapado com um cobertor, com as calças abaixadas, no momento do flagrante. O garoto apresentava lesões na região anal (ROTTA, O INFORMATIVO DO VALE, 2012).

Irmãs são vítima de tortura e abuso sexual por padrasto – 07 de setembro de 2012.

O padrasto e a mãe são acusados de escravizarem, torturarem e abusarem sexualmente das adolescentes, de 15 e 12 anos. Ambas foram queimadas com ferros de passar roupa, além de receberem choques elétricos. As meninas eram obrigadas a assistir às torturas e a se relacionar sexualmente com o padrasto. Os crimes aconteceram em Lajeado, no Vale do Taquari (MARTINS; PULITA; FARINA, 2012).

Suspeito de abusar de sete crianças em Lajeado é preso – 22 de abril de 2013.

Das sete vítimas, três eram irmãs do suspeito, que é investigado desde 2010. Os abusos passaram a atingir, também, crianças e mulheres da vizinhança. Recentemente, a mãe do acusado, que acobertava seus crimes, abrigou uma mulher com duas filhas, de 7 e 9 anos, que também foram abusadas por ele (MARCHI, O INFORMATIVO DO VALE, 2013).

Padrasto vai preso por molestar duas enteadas – 10 de maio de 2013.

Uma jovem de 13 anos, denunciou o padrasto que a molestava há pelo menos dois anos. A menina resolveu falar depois de conversar com a irmã mais velha, hoje com 17 anos, que também era abusada. De acordo com seu depoimento, os abusos começaram quando tinha 11 anos. O padrasto a agarrou e tentou tirar sua roupa, além de atacá-la enquanto dormia e tentar dopá-la com um pano embebido em cachaça (KRÜGER, O INFORMATIVO DO VALE, 2013).

Estes são alguns casos de abuso sexual intrafamiliar que ocorreram na região do Vale do Taquari/RS, nos anos de 2012 e 2013, e que dão uma mostra da intensidade, atualidade e presença dessa questão como um problema para nossa região. Mesmo assim, pode-se pensar que os casos que chegam a se transformar em notícia são poucos. Talvez a maioria apareça, ainda, de forma velada, por diferentes razões: pela dificuldade de se chegar a uma denúncia, pelo medo, pela

vergonha e ameaça e também pela falta de informação das pessoas, que acreditam que apenas o ato sexual consumado, ou a tentativa deste, configure um abuso, quando na verdade está para muito além disto.

Em se tratando destes temas, este trabalho pretende analisá-los de maneira mais enfática, focalizando um tipo específico de violência: o abuso sexual intrafamiliar, cometido contra crianças e adolescentes, do qual trata as reportagens recortadas acima. Problematizando a questão da violência sexual, pode-se afirmar que sua dinâmica é complexa e que envolve aspectos psicológicos, sociais e legais, deixando várias sequelas nos sujeitos envolvidos: crianças, adolescentes e suas famílias.

Essa temática poderia ser abordada a partir de diversos pontos, por tratar-se de um tema que tem implicações em diferentes áreas: segurança, justiça, saúde, educação, assistência. Ou ainda, poderia ser abordada com os diferentes sujeitos implicados nessas situações: a criança ou adolescente, a família, o agressor, ou ainda os profissionais que prestam atendimento a esses casos. A escolha metodológica feita nesta pesquisa, estabeleceu como participantes os profissionais que prestam atendimento às crianças e adolescentes, vítimas de violência sexual intrafamiliar, devido às possibilidades de conhecer e mapear a rede existente no município, aproximar-se do campo sem acionar diretamente a vítima, que por razões legais e éticas seriam de acesso muito mais limitado ou até mesmo impossível, visto que o tema é complexo e produz conflitos de várias ordens.

Propõe-se, para isto, uma análise inspirada na noção de genealogia definida por Foucault (1979). Através dessa perspectiva, os materiais produzidos na pesquisa são analisados, buscando entender os diferentes regimes de verdade acerca do abuso sexual, família, criança/adolescente, através do discurso dos profissionais, ressaltando que o discurso produz subjetividades, na medida em que é tomado como verdadeiro e legítimo. Bem como afirmado por Nardi et al. (2005, p. 1046), que diz que na análise genealógica, o conhecimento é invenção e a verdade, assim como o sujeito, é uma construção histórica. Dessa forma, não se busca investigar os conceitos citados como essências ou categorias estáveis, mas sim, compreender a construção dos discursos e das práticas que os profissionais

assumem sobre cada tema, a partir dos jogos de verdade, que constitui diversos modos de subjetivação ao longo de sua prática.

A violência sexual intrafamiliar é uma violência que ocorre na família e que se mantém, muitas vezes, pela impunidade dos que a cometem, através do silêncio das vítimas, da família e também dos profissionais envolvidos. Por isso, é de extrema relevância a capacitação permanente dos profissionais, para que se possa desenvolver um trabalho interdisciplinar eficaz, capaz de dar suporte às vítimas deste tipo de violência.

Compreende-se, deste modo, que há diferentes modos de se conceber a violência sexual intrafamiliar e, conforme essas diferentes concepções, serão produzidas formas distintas de atendimento às vítimas. Nesse sentido, cabe perguntar que concepções de abuso sexual, infância/adolescência e família são acionadas pelos profissionais que compõem a rede de atenção à vítima, buscando mapear os serviços de atenção e cuidado que essas vítimas têm acesso.

Além disso, a violência sexual é reconhecida, atualmente, como grave problema de saúde pública e exige preparo tanto dos profissionais quanto das instituições de saúde para atuarem junto à população. Dados do Ministério da Saúde (2011), apontam que o abuso sexual é o segundo maior tipo de violência no país, nas faixas etárias de 0 a 9 anos e 10 a 14 anos, e que a maior parte das agressões ocorrem na residência da criança e, grande parte dos agressores, são da sua família. Para nos aproximar mais da problemática em pauta, em uma cidade localizada na região pesquisada registrou-se, no período de janeiro de 2012 até outubro de 2013, 52 denúncias de abuso sexual contra crianças. Destas, 39 ocorreram no ano de 2012 e 13 no ano de 2013, sendo, na maioria, os padrastos como autores e meninas as vítimas. Com base nestes dados, destaca-se a relevância de se pesquisar sobre o tema do abuso sexual, detendo-se, neste estudo, à modalidade intrafamiliar.

Para iniciar, uma revisão bibliográfica de conceitos julgados pertinentes à construção do trabalho é realizada, seguida das formulações metodológicas e da análise das entrevistas realizadas e discussão teórica acerca dos seus conteúdos.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O presente trabalho, a partir de uma análise inspirada na noção de genealogia de Foucault (1979), busca compreender as concepções acerca do abuso sexual, família e infância/adolescência para os profissionais que compõem a rede de atenção e cuidado às vítimas, de um município da região do Vale do Taquari, RS. O estudo é um exercício genealógico, que toma a genealogia como uma ferramenta conceitual para operar a análise. Tem-se a consciência que um estudo genealógico demandaria tempo e aprofundamento que o espaço circunscrito para esse estudo não se mostrava possível.

Para que se tenham subsídios suficientes para operar com conceitos relevantes a essa pesquisa, faz-se necessário pensar em alguns conceitos principais. Violência, infância/adolescência, família e políticas públicas, são os conceitos buscados na revisão bibliográfica para compreender como se configura o trabalho da rede de atenção e cuidado.

2.1 Que violência é esta? Caracterizando a violência sexual (intra)familiar

2.1.1 Um breve histórico

Para compreender o que é tomado como violência, em especial a violência direcionada para a criança, é importante problematizar o próprio conceito de infância. O olhar lançado às crianças foi se transformando historicamente,

produzindo práticas distintas de cuidado e proteção, o que pode implicar na modificação do que é considerado violência ou não. As questões da adolescência e infância serão aprofundadas no próximo item, mas cabe adiantar alguns pontos.

Ariès (1981, p. 77) afirma que, nos últimos anos do século XVI e início do XVII, o sentimento moderno de infância e da moral contemporânea era totalmente estranho. Era natural tratar as crianças com liberdade, as brincadeiras grosseiras que giravam em torno de temas sexuais e “a publicidade da indecência dos gestos não chocava ninguém”, ao contrário, “pareciam perfeitamente naturais”.

Ainda no século XVII algumas mudanças são promovidas, surgindo a noção de “inocência infantil”, juntamente com a comparação das crianças a anjos (ARIÈS, 1981, p. 84). Forma-se, então, “a concepção moral da infância”, associada à fraqueza e a “pureza divina” (ARIÈS, 1981, p. 87). Os moralistas, segundo o autor, queriam isolar as crianças para preservá-las das brincadeiras e gestos, antes permitidos e incentivados, que passaram a ser considerados indecentes, protegendo-as da “sujeira da vida, e especialmente da sexualidade tolerada – quando não aprovada – entre os adultos” (ARIÈS, 1981, p. 91). Historicamente, a noção de abuso começa a aparecer apenas no século passado, sendo favorecido por essa construção da noção de infância (FILHO, 2009).

2.1.2 Violência sexual – conceitualização

Há várias formas de nomear o que hoje cabe no termo violência sexual: estupro, atentado violento ao pudor, incesto. Nenhuma nomeação está isenta da história através da qual foi construída, mas cabe aqui apresentá-las, porque algumas carregam diferenças importantes entre si e, dependendo da forma como uma determinada prática é nomeada, produz diferentes intervenções, conforme seu aspecto social, jurídico e psicológico.

Poderíamos nos utilizar dos diversos termos para definir a prática da violência sexual, assim como estupro, atentado violento ao pudor ou incesto. Baseando-se nas considerações de Filho (2009), que afirma que o estupro “é quando o adulto obriga a criança ou a adolescente a manterem relação sexual vaginal” (p. 51),

referindo-se especificamente a meninas; que o atentado violento ao pudor “engloba as outras práticas, voltadas para o prazer sexual do perpetrador” (p. 51), independente da vítima ser menino ou menina e o incesto é definido como “sendo uma relação sexual entre pessoas relacionadas entre si por algum vínculo, formal ou informal” (p. 47), que seja considerado culturalmente uma barreira para as relações sexuais; optou-se por utilizar, neste trabalho, o termo abuso sexual que, em seu sentido mais amplo, “engloba o incesto e está relacionado a transgressão” (p. 51).

A noção de violência não é unânime na literatura, visto que a categoria violência comporta múltiplos significados. “A violência é, hoje, uma expressão utilizada para referir diversas situações, diferentes significados e diz respeito a múltiplos eventos e contextualizações várias” (BONAMIGO, 2008, p. 206). Sendo assim, destaca-se algumas definições de violência julgadas pertinentes à composição deste trabalho.

Chauí apud Araújo (2002, p. 4), define violência sob dois ângulos:

Em primeiro lugar, como conversão de uma diferença e de uma assimetria numa relação hierárquica de desigualdade, com fins de dominação, de exploração e opressão. Em segundo lugar, como a ação que trata um ser humano não como sujeito, mas como coisa. Esta se caracteriza pela inércia, pela passividade e pelo silêncio de modo que, quando a atividade e a fala de outrem são impedidas ou anuladas, há violência.

Um exemplo disso são as práticas educativas autoritárias, onde há uma verticalidade do poder na relação de pais e filhos, colocados em uma posição de submissão, podem ser consideradas também uma forma de violência.

Em um sentido mais geral, a Organização Mundial da Saúde (OMS), define violência como “o uso intencional da força ou poder em uma forma de ameaça ou efetivamente, contra si mesmo, outra pessoa ou grupo ou comunidade, que ocasiona ou tem grandes probabilidades de ocasionar lesão, morte, dano psíquico, alterações do desenvolvimento ou privações” (DAHLBERG; KRUG, 2006, p. 1165). Desta forma, o conceito de violência pode ser trabalhado em diversos aspectos, abrindo-se um leque de possibilidades e formas, sendo que cada uma delas mantém suas peculiaridades.

A violência contra crianças e adolescentes faz parte de uma cultura baseada em concepções de infância, adolescência, sexualidade e violência que não estão descoladas das relações econômicas, de gênero e de raça

que configuram a estrutura da nossa sociedade (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2009, p. 34).

Levando isso em conta, não se pode esquecer que a violência deve ser considerada em sua complexidade, sendo um fenômeno a ser contextualizado e problematizado sempre.

Uma modalidade de violência, da qual se detém o presente trabalho, é a violência sexual, que se refere ao abuso e à exploração sexual. A exploração sexual pode ser entendida como uma atividade na qual adultos se beneficiam de crianças e adolescentes, através de um “comércio em torno dessa atividade, cujo pagamento pode ser financeiro ou de outra espécie”, abrangendo as modalidades de “turismo sexual, tráfico e venda de pessoas e pornografia infantil” (ALBERTO et al., 2012, p. 131).

Neste trabalho, o objetivo foi trabalhar com as questões relativas ao abuso sexual e não à exploração sexual. O abuso sexual é uma forma de violência difícil de ser identificada e enfrentada, além de ter uma dinâmica complexa, que envolve aspectos psicológicos, sociais e legais. Araújo (2002, p. 5-6) pontua que “o abuso sexual pode variar de atos que envolvem contato sexual com ou sem penetração a atos em que não há contato sexual, como o voyeurismo e o exibicionismo”. Ao contrário da concepção que muitos possam ter, como já dito anteriormente, o abuso sexual está para muito além do ato sexual consumado (com penetração) ou a sua tentativa.

Há diversas formas de se cometer o abuso sexual e a exposição de fotos e vídeos pornográficos à criança/adolescente é uma delas. Habigzang et al. (2005), afirmam que a interação sexual pode incluir toques, carícias, sexo oral ou relações com penetração (digital, genital ou anal), destacando que estas interações são impostas pela violência física, ameaças e indução da vontade das crianças ou adolescentes. A sexualidade das crianças e adolescentes, desta forma, é despertada precocemente, de forma deturpada, traumática, causando consequências físicas e psicológicas que ficarão marcadas para toda a sua vida.

No tocante ao tema, o Conselho Federal de Psicologia (2009, p. 24), afirma que:

A violência sexual (abuso e exploração sexual comercial) é entendida como violação dos direitos humanos de crianças e de adolescentes. São formas de violência que ferem a integridade sexual de pessoas que, por sua condição peculiar, particular, seu estágio de desenvolvimento físico, emocional, afetivo e sexual, não estão preparadas para intercursos sexuais e trocas afetivo-sexuais.

Sendo assim, várias são as sequelas deixadas pela violência sexual, sendo elas evidentes ou imperceptíveis, mas que estão, de alguma forma, sempre presentes, principalmente quando ocorrida na infância e adolescência, período do desenvolvimento em que o psiquismo ainda se encontra frágil e vulnerável, devido ao seu processo de formação e vivência de conflitos, entendendo-se que, quanto mais cedo ocorrer a violência, maiores são as chances de danos psíquicos irreversíveis. As consequências psicológicas do abuso sexual contra crianças e adolescentes variam de acordo com a idade da vítima e do agressor, o grau de relação entre eles, a duração e a frequência do abuso, o tipo e a gravidade do ato, bem como as reações do ambiente.

Segundo Mattos apud Filho (2009, p. 57):

As crianças, na faixa etária entre três e cinco anos de idade são tão frágeis à sedução quanto às ameaças. Por sua vez, quanto maior for o grau de intimidade da relação entre a criança e o perpetrador, maior é o paradoxo entre proteção e abuso. [...] A excitação não elaborada, a culpa, e a ansiedade, agravadas pela dor física, pela impotência, pelo desamparo e pelo medo da morte podem ser mais prejudiciais que o ato sexual em si.

Compreende-se, assim, que as consequências são das mais variadas ordens, e que dependem de vários fatores, sem deixar de se dar a devida importância e dimensão a cada uma delas, buscando sempre garantir a proteção e o cuidado que é cabido nestes casos, além de promover os tratamentos necessários.

Conceituando de forma mais específica, a violência sexual intrafamiliar é uma violência que ocorre na família, envolvendo parentes que vivem ou não sob o mesmo teto, embora a probabilidade de ocorrência seja maior entre parentes que convivem cotidianamente no mesmo domicílio, mesmo não havendo entre eles laços de consanguinidade. A familiaridade entre a criança e o abusador envolve fortes laços afetivos, que podem ser positivos ou negativos, onde o que perpetra o abuso desempenha, de alguma forma, um papel de cuidador.

Para Araújo (2002, p. 5):

A violência intrafamiliar [...] mantém-se pela impunidade, pela ineficiência de políticas públicas e ineficácia das práticas de intervenção e prevenção. Mantém-se também com a cumplicidade silenciosa dos envolvidos: o silêncio da vítima, cuja palavra é confiscada pelo agressor através de ameaças; o silêncio dos demais parentes agressores, que fecham os olhos e se omitem de qualquer atitude de proteção da vítima ou de denúncia do agressor; o silêncio dos profissionais que, em nome da ética e do sigilo profissional, se refugiam muitas vezes numa atitude defensiva, negando ou minimizando os efeitos da violência.

Efeitos estes de caráter físico e psicológico, que deixam marcas profundas em quem se torna vítima, como medo, perda de confiança e de controle. O isolamento e a falta de vínculos de amizade podem ser sintomas da ocorrência do abuso.

Como ilustração referente à problemática do abuso na região pesquisada, em um dos serviços, de assistência social, foram registrados 86 casos de abuso sexual, no período de julho de 2012 a junho de 2013. O maior número de casos de abuso sexual corresponde a vítimas do sexo feminino, com faixa etária de 0 a 12 anos, totalizando 35 casos. Apesar de ser maioria, o número de abusos cometidos contra meninos, na mesma faixa etária é bem próximo: 30 casos. Em se tratando do percentual das demandas do serviço, o abuso sexual corresponde a 82%, disparado. E de acordo com o sexo das vítimas, em 65% dos casos, são do sexo feminino, sendo a idade prevalente os 14 anos. Estes dados dão uma dimensão do problema enfrentado na nossa região, que está intrinsecamente ligado a questões de gênero, estabelecendo a violência de gênero.

Araújo (2002, p. 5), a partir das reflexões de Saffioti e Almeida (1995), propõe um conceito amplo para a violência de gênero, abrangendo mulheres, crianças e adolescentes de ambos os sexos como vítimas. A autora afirma que o conceito de violência de gênero designa um tipo específico de violência “que visa a preservação da organização social de gênero, fundada na hierarquia e desigualdade de lugares sociais sexuais”. Além disso, destaca que a violência de gênero tem duas faces: “é produzida no interior das relações de poder, objetivando o controle de quem detém a menor parcela de poder, e revela a impotência de quem a perpetra para exercer a exploração-dominância, pelo não consentimento de quem sofre a violência” (ARAÚJO, 2002, p. 5).

A questão de gênero é um fator preponderante na produção da violência social, interpessoal e familiar, sendo necessária a sua visibilidade e compreensão no trabalho com o abuso sexual. O fato de não ser uma violência exercida unicamente sobre os corpos de meninas deixa claro, de alguma forma, que a violência de gênero não se limita à diferença sexual (se é um corpo masculino ou feminino o alvo da violência), mas acima de tudo, explicita que ele se fundamenta numa relação de subordinação, de dominação.

2.2 Infância e Adolescência - problematizações

os dentes afiados da vida
preferem a carne
na mais tenra infância
quando
as mordidas doem mais
e deixam cicatrizes indeléveis
quando
o sabor da carne
ainda não foi estragado
pela salmoura do dia a dia

é quando
ainda se chora
é quando
ainda se revolta
é quando
ainda
(LEMINSKI, 2013, p. 19).

As consequências do abuso sexual são diferentes de criança para criança e se dão de formas e níveis variados, dependendo da condição física e psíquica da vítima, do elo de ligação entre ela e o abusador, das circunstâncias em que ocorreu o abuso e da duração do mesmo, bem como do ambiente familiar em que a criança vive. As crianças podem apresentar em seu desenvolvimento, manifestações como automutilação e tentativas de suicídio, isolamento afetivo, impulsividade e agressão sexual, transtornos de personalidade e de estresse pós-traumático, entre muitos outros, como afirma Azambuja (2004). “Qualquer que seja o tipo de violência, ela impõe à criança sobrevivente profundas marcas no seu desenvolvimento físico e emocional” (AZAMBUJA, 2004, p. 43). A especificidade em relação ao cuidado da criança e do adolescente se sustenta em função da noção de que estes são dependentes dos adultos e a eles subordinados, de forma que são incapazes de se defender, principalmente de quem deveria protegê-los.

A noção de infância e adolescência é uma construção histórica e cultural, como afirma Gurski (2012, p. 62):

Até o século XII, a infância não era mais do que uma fase de passagem. A criança não era considerada, pois, quando não era pequena e frágil demais, ainda correndo risco de morte, já era incorporada à vida dos adultos. Foi somente a partir do século XIII, mediante a reorganização social, que a infância passou a ser reconhecida como uma fase distinta do desenvolvimento humano, sendo a sociedade responsabilizada por sua formação.

Foi neste século, também, que a família invadiu o espaço social, concentrando muitas das manifestações da vida privada. “Foi apenas na década de 90, com a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente, que esses passaram, no Brasil, a ser considerados sujeitos de direitos, e não mais menores incapazes, objetos de tutela, de obediência e de submissão” (BRASIL, 2002b, p. 9).

Sendo assim, é de suma importância destacar alguns artigos, relevantes para esta discussão, do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) – Lei nº 8.069, de 13/07/1990, que apresenta em seu Capítulo II – Do direito à liberdade, ao respeito e à dignidade: “Art. 15. A criança e o adolescente têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas humanas em processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais garantidos na Constituição e nas leis” (BRASIL, 2002a, p. 4).

A criança e o adolescente são reconhecidos como sujeitos de direitos, mas em condição peculiar de desenvolvimento, o que os coloca em uma posição diferente a qualquer outro cidadão, lhes conferindo direitos e cuidados especiais e acesso privilegiado em algumas instâncias, como trata o Art. 17: “Art. 17. O direito ao respeito consiste na inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente, abrangendo a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, dos valores, ideias e crenças, dos espaços e objetos pessoais” (BRASIL, 2002a, p. 4). Este artigo compreende uma proteção integral às crianças e adolescentes, complementando o anterior, ressaltando sua prioridade absoluta, de forma a fortalecer o protagonismo infanto-juvenil.

Pensando que “a família desempenha um papel essencial na vida, na formação e no desenvolvimento da criança” (AZAMBUJA, 2004, p. 83), é justificável que seja priorizado o convívio familiar, mesmo em casos de violência, sendo este

um dos “direitos fundamentais da população infanto-juvenil, uma vez que constitui instrumento essencial na formação “do ego maduro”, capaz de discriminar a realidade” (AZAMBUJA, 2004, p. 83) e pensar sobre ela. Em casos de violência sexual intrafamiliar, prioriza-se o afastamento do abusador da convivência familiar, quando descoberto o crime.

Mas, há situações em que a criança/adolescente pode ser abusada por mais de uma pessoa da família, tendo outras coniventes com a violência, de forma que, para preservá-la, física e psicologicamente, ela acaba sendo retirada de sua família natural.

Esgotadas as possibilidades de manutenção da criança em sua família de origem, deve-se buscar a colocação em família substituta, dando preferência às pessoas pertencentes ao grupo familiar da criança [...] e, somente em caráter excepcional, há que se recorrer ao abrigo (AZAMBUJA, 2004, p. 90).

Tudo isso priorizando seu bem estar, visto que são indiscutíveis os prejuízos que a institucionalização e a perda da família acarreta à vida da criança.

2.3 Família – história e conceitos

Assim como a infância, a família também teve diferentes concepções ao longo da história. Conforme as transformações em relação ao conceito de família, algumas práticas passam a ser demandas, permitidas ou negadas como forma de cuidados familiares. Historicamente, ao menos até o século XVI, cenas de família eram raras. O que haviam eram multidões, não estranhas entre si nas ruas, ou nos lugares públicos, onde os acontecimentos eram retratados, no meio de uma coletividade numerosa, conforme afirma Ariès (1981). A vida no passado, até o século XVII, era vivida em público. Não havia objeção, segundo o autor, ao direito da sociedade sobre a intimidade das pessoas, pois, na realidade, não existia quase nenhuma intimidade: “as pessoas viviam misturadas umas com as outras, senhores e criados, crianças e adultos, em casas permanentemente abertas às indiscrições dos visitantes” (ARIÈS, 1981, p. 190). Dessa forma, a família existia como realidade vivida, mas não como sentimento ou como valor.

O desenvolvimento deste sentimento da família, ocorre até o século XVIII, onde a família se torna uma sociedade fechada, sendo evocada com prazer pelos seus membros. “Daí em diante, um movimento visceral destruiria as antigas relações entre senhores e criados, grandes ou pequenos, amigos ou clientes”. Esse movimento reforçaria, em toda a parte, “a intimidade da vida privada em detrimento das relações de vizinhança, de amizades ou de tradições” (ARIÈS, 1981, p. 191).

Em síntese, a vida profissional e a familiar abafaram a atividade das relações sociais, que outrora invadia toda a vida. Enquanto a antiga sociedade “concentrava um número máximo de gêneros de vida em um mínimo de espaço”, a “nova sociedade, ao contrário, assegurava a cada gênero de vida um espaço reservado”, cujas características deveriam ser respeitadas (ARIÈS, 1981, p. 196).

Elisabeth Roudinesco (2003) destaca três grandes períodos na evolução da família. Em uma primeira fase, a família é tomada como “tradicional”, e “serve acima de tudo para assegurar a transmissão de um patrimônio”, onde os casamentos eram arranjados e todos submetidos a uma “autoridade patriarcal”. Na segunda fase, denominada “moderna”, era “fundada no amor romântico”, tornando-se o “receptáculo de uma lógica afetiva”, mas que valorizava também a “divisão do trabalho entre os esposos”. O terceiro período, o atual, a partir do ano de 1960, a família dita “contemporânea” ou “pós-contemporânea” é aquela que “une, ao longo de uma duração relativa, dois indivíduos em busca de relações íntimas ou realização sexual”. Instala-se, neste período, uma problemática na transmissão da autoridade, “à medida que divórcios, separações e recomposições conjugais aumentam” (p. 19).

Na época moderna, a família ocidental, “retraída pelas debilidades de um sujeito em sofrimento, foi sendo cada vez mais dessacralizada, embora permaneça, paradoxalmente, a instituição humana mais sólida da sociedade” (ROUDINESCO, 2003, p. 20).

Assim, o conceito de família também já foi tomado de diversas formas ao longo da história, sendo destacada por muito tempo a ideia de família nuclear, composta por pai, mãe e filhos, em um modelo patriarcal. Hoje, a noção deste conceito pode ser considerada de maneira ampla, abrangendo não só pessoas com laços consanguíneos, como também as que mantêm algum vínculo afetivo e que se

apresentam próximas. A família, hoje, é considerada socialmente, por muitos, como um “lugar” de identidade da criança, sendo a responsável pela proteção e cuidados para o seu desenvolvimento. Em contrapartida, Roudinesco (2003, p. 21) coloca a família em uma posição diferente: “à família autoritária de outrora, triunfal ou melancólica, sucedeu a família mutilada de hoje, feita de feridas íntimas, de violências silenciosas, de lembranças recalçadas”. Família essa que expõe todas essas marcas através de violências como o abuso sexual, evidenciando sua desordem.

O abuso sexual intrafamiliar contra crianças e adolescentes é uma forma de violência que envolve, invariavelmente, poder, coação e sedução, além de envolver desigualdades de gênero e geração. A partir de leituras gerais sobre o tema, é possível afirmar que, após a ocorrência do abuso sexual intrafamiliar, instaura-se na família uma confusão entre papéis e funções assumidos pelos seus membros, visto que, aquele designado socialmente a realizar o cuidado e a proteção da criança/adolescente a viola, traindo sua confiança e se aproveitando da sua vulnerabilidade e imaturidade. Estes atos, acompanhados de cenas de sedução e carinho, mascaram a violência e podem causar ainda mais confusão e sofrimento às vítimas.

2.4 Políticas Públicas – rede de atenção à criança e ao adolescente

Desta forma, destaca-se a importância de um trabalho interdisciplinar eficaz, capaz de dar suporte às vítimas deste tipo de violência, bem como à sua família. Para Azambuja (2004, p. 145), o abuso sexual intrafamiliar “é um tema [...] portador de múltiplas facetas, com reflexos nas áreas da saúde, educação, serviço social, sistema de Justiça, assim como na área das políticas públicas”. A autora compreende ser necessária uma abordagem de entendimento do fenômeno que considere todos os fatores para que se consiga atingir metas “como a minimização dos danos causados pela violência e a interrupção do ciclo perpetuador da violência, oferecendo à família a oportunidade de reconstrução de seus vínculos afetivos” (AZAMBUJA, 2004, p. 146).

É através de políticas públicas eficientes e de uma rede de atendimento composta por uma equipe especializada e multiprofissional, desenvolvendo um trabalho com vistas à integralidade da atenção, que se pode atingir uma prevenção e proteção eficazes no combate à violência sexual. Além disso, o fortalecimento das articulações entre o setor social e as redes de atendimento na saúde, pensando em estratégias de enfrentamento do fenômeno e na expansão das políticas públicas, é emergente e determinante.

Para que este trabalho seja efetivo em suas intervenções, considerando a dificuldade que os profissionais encontram ao se deparar com um caso tão desafiador quanto este, é de suma importância que haja contínua capacitação profissional, como afirma a autora acima citada:

Somente a criação de programas de capacitação profissional permanente, reunindo profissionais das diversas áreas envolvidas com a avaliação, o diagnóstico, a notificação, a proteção e as providências legais, pode proporcionar um horizonte de esperança às vítimas de violência sexual intrafamiliar, especialmente às crianças (AZAMBUJA, 2004, p. 151).

A capacitação profissional torna-se indispensável quando nos deparamos com dificuldades intersetoriais, no que tange a articulação com a rede assistencial, a interlocução dos profissionais envolvidos, mas, sobretudo, com a falta de padronização de condutas de atendimento. Para isso, em primeiro lugar, faz-se necessário o conhecimento das leis de proteção à criança e ao adolescente, vítimas em questão. Cabe destacar, neste momento, o artigo 18 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) – Lei nº 8.069, de 13/07/1990, que diz: “É dever de todos velar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor” (BRASIL, 2002a, p. 4).

Portanto, cabe aos profissionais, de todos os serviços da rede envolvidos nessa temática, fazer uso das leis para crianças e adolescentes, promovendo a proteção que lhes é cabida. Juntamente com e, a partir desta lei de proteção criada, surgem novas políticas públicas de atenção e cuidado ao enfrentamento da violência sexual, que é o objeto em pauta. Além dos serviços de referência ao atendimento do abuso sexual contra crianças e adolescentes, como o Conselho Tutelar e o CREAS, que são “alvo” desta pesquisa, destacam-se o disque 100 – que “recebe, analisa e encaminha as denúncias aos órgãos de defesa e responsabilização” (PAIXÃO;

DESLANDES, 2010, p. 117) – e o Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes¹ – elaborado em 2000, que, em sua finalidade, “consiste em fomentar um conjunto de ações organizadas de forma a permitir uma intervenção política e financeira para o combate a violência sexual infantojuvenil” (PAIXÃO; DESLANDES, 2010, p. 117).

O Plano Nacional é um instrumento de garantia e defesa de direitos de crianças e adolescentes, que tem por intenção a construção, o fortalecimento e a implementação de “um conjunto articulado de ações e metas fundamentais para assegurar a proteção integral à criança e ao adolescente em situação ou risco de violência sexual” (BRASIL, 2002b, p. 13). Este Plano tem como referência fundamental o ECA e reafirma os princípios:

da proteção integral, da condição de sujeitos de direitos, da prioridade absoluta, da condição peculiar de pessoas em desenvolvimento, da participação/solidariedade, da mobilização/articulação, da gestão paritária, da descentralização, da regionalização, da sustentabilidade e da responsabilização (BRASIL, 2002b, p. 13).

Trata-se de um documento legitimado e de referência para as políticas públicas, pertinentes ao tema, nos níveis federal, estadual e municipal, sendo tomado como referência única para qualquer iniciativa com relação ao enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes.

Como resposta às demandas do Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil², foi criado, em 2002, o Programa Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes (PNEVSCA).

Uma das principais ações do programa é a mobilização de redes para integrar um conjunto de programas e ações dos governos, organismos e agências internacionais, universidades e sociedade civil para que sejam desenvolvidas e aplicadas metodologias de intervenção local capazes de desencadear respostas efetivas para a superação da violação dos direitos de crianças e adolescentes (BRASIL, [2002?], texto digital).

O Disque 100, disque denúncia nacional, já citado anteriormente, integra este programa, bem como o Programa de Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil no Território Brasileiro (PAIR), que tem como principais objetivos “criar e/ou fortalecer redes locais com ações

¹ Quando de sua criação, no ano de 2000, chamava-se Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto Juvenil. Após revisão, em 2012/2013, passou a ter este novo nome.

² Nome usado no ano de sua criação, em 2000, até 2012.

integradas, possibilitando a articulação e integração dos serviços associados à participação social na construção dos processos” (BRASIL, [2002?], texto digital).

Pensando nos direitos das crianças e adolescentes, acredita-se ser relevante destacar que, no acesso ao Portal de Estado do Brasil, este Programa encontra-se inserido, não na Secretaria da Saúde, como poderia se pensar, já que a violência sexual trata de um problema de saúde pública, mas na Secretaria de Direitos Humanos, visto que as vítimas deste tipo de violência têm seus direitos violados, como sujeitos. Acredita-se não ser este enquadramento um problema, visto que se torna algo necessário para se criar políticas, mas deve se ter uma articulação entre todas as instâncias.

Não se pode deixar, também, de pensar, enquanto políticas públicas e programas de atendimento, na proposição da atenção ao abusador, que é parte componente da família. A prisão do abusador é vista pela sociedade como a resolução do problema, mas, na realidade, ela não diminui a propensão deste a reincidência do crime. Sem um tratamento adequado, o ciclo do abuso pode reiniciar, quando o perpetrador da violência estiver livre novamente. É de suma importância que sejam “compreendidas as inúmeras implicações que o abuso sexual intrafamiliar acarreta na vida da criança e do grupo familiar” (AZAMBUJA, 2004, p. 163) e de sua dinâmica, para que se possa proporcionar uma assistência adequada e de resolutividade para o problema. Além disso, a violência sexual é reconhecida, atualmente, como grave problema de saúde pública “exigindo preparo tanto dos profissionais quanto das instituições de saúde para atuarem com a população infanto-juvenil” (JUSTINO et al., 2011, p. 782).

3 FERRAMENTAS METODOLÓGICAS

Este é um estudo qualitativo, realizado com quatro instituições localizadas em um município do Vale do Taquari/RS, onde os profissionais responsáveis pelo atendimento a crianças e adolescentes participaram de entrevistas semi-estruturadas. O método qualitativo torna-se eficiente, quando se tratam de aspectos subjetivos onde, a partir da descrição e interpretação de quem a vivencia, há necessidade de compreensão de determinado fato "no qual o fenômeno é identificado a partir de valores, crenças e representações do indivíduo" (CHAVES et al., 2012, p. 1170).

O presente trabalho tem como objetivo geral compreender como as concepções dos profissionais em relação à infância/adolescência, família e abuso sexual conformam práticas de atendimento, investigando aspectos específicos do atendimento a crianças e adolescentes em situação de abuso sexual intrafamiliar, sendo complementado pelos seguintes objetivos específicos:

- Mapear as instituições de atendimento, bem como a atenção prestada à crianças e adolescentes, vítimas de abuso sexual intrafamiliar e/ou suas famílias (incluindo o(a) abusador(a));
- Compreender possíveis particularidades em relação aos atendimentos para os casos que se caracterizam pelo abuso sexual intrafamiliar.

Para tanto, propõe-se uma análise inspirada na noção de genealogia definida por Foucault (1979). Através dessa perspectiva, os materiais produzidos na pesquisa serão analisados, buscando entender os diferentes regimes de verdade

acerca do abuso sexual, família, criança/adolescente, através do discurso dos profissionais que prestam serviço em instituições de atendimento a crianças e adolescentes, vítimas desta prática de violência, ressaltando que o discurso produz subjetividades, na medida em que é tomado como verdadeiro e legítimo.

Nardi et al. (2005, p. 1046) afirma que, “na análise genealógica, o conhecimento é 'invenção' e a verdade, assim como o sujeito, é uma construção histórica”. Sendo assim, não se busca investigar historicamente os conceitos citados como essências ou categorias estáveis, mas sim, compreender a construção dos discursos e das práticas que os profissionais assumem sobre cada tema, a partir dos jogos de verdade, que constitui diversos modos de subjetivação ao longo de sua prática.

Para Neto (2008, p. 544):

a pesquisa genealógica consiste em tomar a investigação não como representação adequada ou verdadeira de uma realidade investigada [...], mas como um instrumento instaurador de realidades, portador de uma materialidade própria que objetiva a intervenção em outras materialidades.

É desse modo que se pretende investigar a verdade, não em contraposição à mentira, mas a verdade enquanto procedimentos, jogos que legitimam certos enunciados e práticas, dando a eles valor de verdade. Em especial, a forma como esses jogos se apresentam para cada profissional, o modo como cada um constrói a si e, conseqüentemente, as suas práticas, através de suas vivências, através dos acasos e descontinuidades da história.

A atividade genealógica requer, de forma indispensável, a busca da singularidade dos acontecimentos, naquilo que é tido não como possuindo história, como “os sentimentos, o amor, a consciência, os instintos” (FOUCAULT, 1979, p. 15). O método genealógico trata de uma análise do que somos, enquanto atravessados pela vontade de verdade e não de uma avaliação do passado, em busca de uma nova verdade, colocando o sujeito como efeito de formações discursivas, que surgem entre um jogo de forças, as quais se atualizam não ao longo do tempo, evolutivamente, mas a cada momento, a cada nova relação. Portanto, a genealogia não busca a origem, “negligenciando como inacessíveis todos os episódios da história”, mas, ao contrário, se demora “nas meticulosidades e nos acasos dos começos” (FOUCAULT, 1979, p. 19).

Desta forma, buscou-se identificar que concepções de abuso sexual, família e infância/adolescência são acionadas pelos profissionais que compõem a rede de atenção e cuidado às vítimas de abuso sexual intrafamiliar, em um município do Vale do Taquari/RS, bem como analisar de que maneira estas concepções conformam práticas de atendimento. Compreender a construção do discurso profissional sobre cada tema é uma forma de melhor conhecer o seu trabalho, pois é através desse discurso que se constituem diversos modos de subjetivação ao longo de sua prática, o que é determinante para a condução do atendimento, visto que cada sujeito constrói a sua verdade e é através dela que ele estabelece suas relações.

Neste contexto, destaca-se, entre as estratégias fundamentais para o sucesso do processo de mobilização social em combate à violência, o mapeamento, “com a participação dos atores/instituições envolvidos, de como o enfrentamento da exploração e do abuso sexual vem sendo realizado no município [...]” (BRASIL, 2007, p. 18), do que se trata, exatamente, a pesquisa. Algo que destaca a grande importância da pesquisa da rede de atenção municipal que presta atendimento às vítimas e suas famílias deste tipo de violência, julgando este ser o principal ponto de partida para a criação de programas e políticas públicas eficientes à prevenção e combate desta violência.

O ponto de partida da pesquisa, através do mapeamento da rede, foi um serviço de assistência social. No contato com este serviço, solicitou-se que fossem listados todos os serviços que servem de referência a esta temática e que estão vinculados ao atendimento destas vítimas, e assim sucessivamente. Esse procedimento se repetiu ao contatar cada um dos serviços indicados, obtendo-se, assim, um efeito cascata, método semelhante ao Snowball³ (FERNANDES; CARVALHO, 2003), que visa percorrer e mapear a rede de atenção às crianças e adolescentes vítimas de violência sexual intrafamiliar.

O projeto para a confecção desta monografia foi construído no semestre anterior e submetido à avaliação do Comitê de Ética do Centro Universitário Univates, sendo aprovado e autorizada a sua execução.

³ O método Snowball, também chamado de Bola de Neve, consiste, segundo Fernandes e Carvalho (2003) em um sujeito previamente localizado ser entrevistado e, em seguida, nomear outra pessoa para participar da pesquisa, e assim sucessivamente até que sejam obtidos os objetivos da pesquisa.

4 APROXIMAÇÃO DOS LOCAIS DE ATENDIMENTO

O percurso para a produção de materiais de análise será apresentado, iniciando com o relato dos locais visitados. Tal procedimento, que se assemelha a um diário de campo, busca aproximar as falas dos lugares nos quais elas foram produzidas. Como se constituem esses serviços? Que sensações produzem em relação às suas infraestruturas? Essas questões podem ser interessantes, tendo em vista que as entrevistas foram realizadas nos mesmos locais em que os serviços funcionam e que, conseqüentemente, podem ser os mesmos locais em que as crianças e adolescentes recebem atendimento.

O ponto inicial – serviço de Assistência Social:

Chegando ao serviço definido como ponto de partida, um serviço de assistência social, aguardei até ser recebida pelos profissionais com quem havia marcado a entrevista. Realizei duas entrevistas neste local, uma seguida da outra, cada uma delas em separado, na sala dos respectivos profissionais.

O local é bastante arejado, de instalação ampla, com um balcão na recepção e algumas salas de atendimento. Chamou-me a atenção um grande painel de tecido pendurado na parede, na subida da escada, composto por vários quadrados coloridos, unidos por uma costura feita à mão, trabalho confeccionado pelos usuários do serviço, em grupos de oficinas. O ambiente é acolhedor, assim como os profissionais com quem tive algum tipo de contato, compondo um cenário receptivo para quem necessitar utilizar o serviço. As entrevistas ocorreram ao meio dia, horário em que geralmente os atendimentos não são marcados, não tendo encontrado usuários no local.

O segundo ponto da rede – serviço também vinculado à Assistência Social:

Como procedimento adotado para mapeamento do campo, este serviço onde a entrevista foi realizada indicou outro, também de assistência social. A entrevista foi marcada em um turno de reunião interna, quando o serviço fica fechado para atendimento, não sendo possível, assim, observar o fluxo de trabalho. Enquanto esperava o horário da entrevista na recepção, pude ter uma noção geral do espaço onde o serviço está instalado. É uma casa de dois andares, sendo que tive acesso apenas ao segundo, onde há uma recepção com algumas cadeiras e uma mesa com um computador. Havia uma profissional neste local, além de outra que apareceu em algum momento para conversar com ela, sem dar muita importância para a minha presença.

O local é muito frio, sem vida, sem cor, nada acolhedor. O piso interno é todo em madeira, assim como as paredes, com aparência velha. Não existem brinquedos ou jogos expostos, pensando que muitas crianças e adolescentes são recebidos nesse ambiente, que pode ser um pouco assustador, mesmo sem pensarmos em todas as questões que estão implicadas em relação à temática e sua abordagem.

Terceiro ponto da rede – serviço de Segurança Pública:

O terceiro serviço em que realizei a entrevista, foi um serviço de segurança pública. Para se chegar até o local, é necessário subir uma escadaria e ir seguindo as placas indicativas, o que provoca uma sensação de desamparo. O espaço físico se resume a um corredor comprido, todo de madeira, com salas dos dois lados, onde há um banco pequeno, onde sentei-me para aguardar a entrevista. Mais um local frio, que não proporciona acolhimento, em uma situação (casos de abuso sexual) onde isto é imprescindível.

Quarto ponto da rede – serviço Jurídico:

No quarto e último local que visitei, algumas pessoas passaram por mim (funcionários e usuários do serviço), indiferentes à minha presença. De estrutura bastante ampla e confortável e decoração sóbria, como costumam ser os serviços jurídicos, a recepção se deu de forma distante e reservada. Uma certa apreensão pairava no ar, provocando desconforto.

Ao entrar nos locais visitados, tentava imaginar como uma criança ou adolescente, vítima de abuso sexual intrafamiliar poderia se sentir em cada um deles. É claro que, pela violência sofrida os sentimentos não são bons, mas um serviço que tem como função proteger as vítimas, precisa estar apto a acolhê-las de forma a não cometer outro tipo de violência a essas pessoas que estão vulneráveis, principalmente em se tratando das vítimas em questão, onde a proteção inicial/primeira, que é a família, falhou.

4.1 Fluxo da rede – serviços de atendimento

Figura 1 – Principais serviços



Fonte: Da autora (2013).

O Conselho Tutelar (CT) é a porta de entrada na rede, onde a maioria das notificações de suspeita de abuso aparecem. É feita a denúncia, por parte do CT, à Delegacia de Polícia, e o encaminhamento do caso para atendimento no CREAS. Isso se dá, concomitantemente. Os casos podem chegar diretamente à delegacia ou a outro serviço que não o CT, mas este é sempre notificado.

Os serviços destacados neste fluxograma são considerados os principais da rede, podendo se estender para diversos outros, conforme a especificidade de cada caso, como se pode observar no esquema a seguir:

Figura 2 – Fluxograma da rede



Fonte: Da autora (2013).

5 ANÁLISE DAS ENTREVISTAS

Partindo do discurso dos profissionais, busca-se construir um exercício genealógico, compreendendo os impasses nos modos de se realizar os atendimentos às vítimas, orientados através de manuais e normas, mas atravessados pelos diferentes modos de subjetivação.

Alguns cuidados em relação à confidencialidade das informações relatadas neste trabalho foram estabelecidos, como critérios de sigilo: as instituições são descritas nas suas características gerais (serviços de saúde, de assistência social, de segurança pública, de justiça, etc.) e os nomes dos profissionais não são mencionados, em hipótese alguma, sendo substituídos por nomes fictícios*. Todos os entrevistados têm algum tipo de contato com as vítimas de violência sexual intrafamiliar, sendo que em uma mesma instituição, mais de um profissional pode ter participado da pesquisa.

Para se ter uma visão geral dos profissionais entrevistados, algumas características básicas são apresentadas na tabela abaixo.

Tabela 1 – Características dos profissionais entrevistados

Profissional *Nome fictício	Tipo de serviço onde trabalha	Grau de escolaridade
Carolina	Assistência Social	Especialização
Isabel	Assistência Social	Graduação
Maria	Assistência Social	Ensino médio
Clara	Segurança Pública	Graduação
João	Justiça	Doutorado

Fonte: Da autora (2013).

Conforme as ferramentas conceituais estabelecidas para esta pesquisa, não se tem o objetivo de definir categorias a partir das falas desses profissionais. Entretanto, algumas questões que surgiram nessas falas remetem a enunciados que circulam em diferentes discursos e saberes e a análise buscará explicitá-los. Definimos, então, como questões centrais os seguintes pontos: 1) Maternidade – que nos possibilita colocar em questão, a partir das expectativas lançadas à mulher e ao homem, no exercício da parentalidade, noções de gênero enraizadas socialmente. 2) Família – apesar das transformações históricas, as falas apresentam a heterogeneidade desse conceito, mas não pela sua ampliação, e sim pela dificuldade de se desvincular de modelos fixos da família nuclear. 3) Infância e Adolescência – onde são discutidas situações de controle sobre os corpos e sua sexualidade, bem como as rupturas e (des)continuidades históricas sobre o conceito. 4) Vulnerabilidade social – as falas possibilitam pensar na flexibilidade deste conceito e no uso dele como novos modos de nomear a pobreza. 5) Abuso sexual – que nos permite a discussão sobre a construção do conceito, acerca das práticas que caracterizam esta violência, tomada das mais diversas formas em relação a história e a cultura.

5.1 Maternidade

A partir do percurso de campo e da retomada dos materiais para análise, uma questão que se fez presente diz respeito às expectativas em relação à figura materna, nos casos de abuso sexual intrafamiliar. A mãe circula como uma peça fundamental, apesar de, geralmente, estar colocada fora da cena do abuso. Ou seja, a mãe não é pensada como uma possível abusadora diretamente, no máximo é colocada como conivente, pois a expectativa que se lança para ela é a de proteção da criança.

Sendo assim, a mãe é tomada, invariavelmente, como figura protetiva nos casos de abuso sexual intrafamiliar. Algo concebido como tão intrínseco da natureza feminina, mas que não é um sentimento inato e sim, um sentimento que se desenvolve ao “sabor das variações socioeconômicas da história”, e pode existir ou não, dependendo da época e circunstâncias materiais em que vivem as mães.

“Como todos os sentimentos humanos, a amor materno poder ser incerto, frágil e imperfeito” (BADINTER, 1985, p. 147).

Segundo a autora, a maternidade passa por períodos diversos ao longo dos séculos: indiferença materna, que passa pela morte da criança (mortalidade infantil), pelo amor seletivo até a recusa ao aleitamento; emancipação das mulheres; a atos de abandono, iniciando pela entrega do filho à ama, passando pela governanta e preceptor, até o internato. No ano de 1760, surgem “publicações que recomendam às mães cuidar pessoalmente dos filhos e que ordenam amamentá-los”, o que antes não acontecia. O “mito do instinto materno” ou do “amor espontâneo” de toda mãe é criado e, no fim do século XVIII, o “amor materno parece um conceito novo” (BADINTER, 1985, p. 145).

Dessa forma, encontrou-se nos discursos profissionais, a dificuldade em identificar a mãe como uma (possível) abusadora. Quando questionada sobre se o serviço atende ao agressor, Maria responde: *“É... em alguns casos realmente elas (mães) não aceitam... não acreditam que isso realmente tenha acontecido... nós trabalhamos, sim, com essa mãe... com o agressor, em nenhum caso.”* O que fica explicitado é o quanto se espera que a mãe seja uma pessoa cuidadora, mesmo que ela também esteja imersa nas relações de violência.

Julgou-se pertinente destacar, nesta discussão, a cena do filme “Preciosa – uma história de esperança” (Lee Daniels - 2009), que trata do tema do abuso sexual intrafamiliar, na interface da mãe como abusadora. O drama se constrói a partir da história de Claireece Preciosa Jones, uma adolescente de 16 anos. Preciosa cresceu e viveu em um ambiente hostil, sofrendo muitos preconceitos por ser gorda, negra e pobre. Desde os três anos foi abusada sexualmente pelo pai, tendo tido dois filhos dele, sendo a mãe conivente com o abuso. Sofreu, também, com a negligência dos pais em relação a sua saúde e educação. Além de tudo, foi abusada psicologicamente e sexualmente, também por sua mãe.

É com ênfase neste aspecto, que cabe introduzir aqui alguns recortes de uma cena do filme, onde a mãe de Preciosa, a Sra. Jones, tem uma conversa com a Assistente Social que acompanha o caso, Dona Weiss. Em uma espécie de guichê de atendimento encontram-se Preciosa, sua mãe e a Assistente Social. Dona Weiss

diz: - “Senhora Jones, vamos falar sobre o abuso. De acordo com a pasta da Preciosa, ela teve duas crianças com o seu namorado, o finado Carl, que também era o pai dela. Isso é verdade?” A mãe responde: - “É, dona Weiss.”

D. Weiss: - “Senhora Jones, nós podemos conversar sobre atos reais de abuso físico e sexual que ocorreram na sua casa? Quando foi o primeiro? Onde aconteceu? Como você reagiu?” Mãe: - “A preciosa era uma garotinha.” D. Weiss: - “Tente se lembrar de quantos anos ela tinha.” Mãe: - “Três anos. Eu deitava meu bebê naquele travesseiro e o Carl ficava deitado do outro lado. E aí, a gente começava a fazer (sexo) e ele se esticava e tocava o meu bebê... e eu perguntava pra ele, dizia: Carl, o que está fazendo? E ele mandava eu calar a minha boca, dizendo que era bom pra ela.” D. Weiss: - “E a senhora fazia o que?” Mãe: - “Ficava de boca fechada.” D. Weiss: - “Você deixava que ele abusasse da sua filha?” Mãe: - “Eu não queria que ele abusasse da minha filha, não queria.”

D. Weiss:- “Mas você permitiu!” Mãe: - “Eu só queria que ele fizesse amor comigo. Era o meu homem... aquela merda era o meu homem! Ele era o meu homem e queria a minha filha. Por isso eu odiei ela, porque o meu homem, o cara que devia me amar e só fazer amor comigo, estava pegando o meu bebê. Ela (Preciosa) fez ele sair... ela fez ele ir embora.” D. Weiss: - “E de quem foi a culpa disso?” Mãe: - “A culpa foi dessa vadia (se referindo a Preciosa), ela deixou o meu homem pegar ela. Ela não dizia nada, não gritava, não fazia nada. Então as coisas que ela diz que eu fiz pra ela... oh, quem vai me amar? Você que é diplomada e sabe essas merdas todas... quem mais ia me amar? Quem ia me deixar feliz? Quem ia me tocar e me dar prazer a noite toda se ela fez ele ir embora?”

Esta cena retrata com muita clareza a realidade da mãe abusadora. Até este momento do filme, Dona Weiss não havia sequer cogitado a hipótese de um abuso por parte da mãe de Preciosa, pois já existia um culpado pelo crime, seu pai. No momento desta cena é que a Assistente Social tem conhecimento não só da convivência da Sra. Jones nos abusos cometidos por Carl, mas do abuso sexual e psicológico que ela mesma praticou com a filha, algo inconcebível até então, da mesma forma como fica claro no discurso dos profissionais entrevistados.

A mãe é colocada como a figura protetora, estando o lugar materno como sagrado e o instinto materno como algo inato, inerente à mulher, preservando o mito surgido há séculos atrás, como se evidencia na colocação de Isabel: *“Pra mim, que trabalho direto com a família, é difícil fazer com que eles percebam o que aconteceu, que se deem conta de que essa é uma situação de vitimização... é difícil poder despertar, de promover nessas pessoas esse instinto protetor”*. Instinto esse criado culturalmente, que coloca as pessoas, principalmente as mães, em uma obrigação de sentir um amor incondicional por seu filho, culpando as que assim não o fazem. Essa norma que é descrita na fala dessas profissionais, mantém muitas características herdadas dos movimentos socioculturais, que construíram o conceito de maternidade e família, ao longo dos séculos.

As exigências colocadas para as mulheres como mães, produzem um discurso totalmente moralista, impregnado de deveres e incumbências que generalizam o conceito, de forma a reduzi-lo em uma norma, um modo de ser mãe, condenando as que fogem à regra. Não se pretende com isso, de forma alguma, justificar a atitude de mães abusadoras ou negligentes nos casos de abuso sexual, mas se busca problematizar o conceito de maternidade, tanto quanto os outros que se seguem, para além dos efeitos discursivos.

Inclusive, uma questão possível a ser pensada como efeito dessa construção discursiva é que, talvez muitas formas de violência perpetradas por mães não sejam detectadas, pelo simples fato de que é inconcebível atrelar práticas de abuso à figura materna. Em contrapartida, aos homens (pais, padrastos), a permanente suspeita a eles lançadas em relação às suas práticas de cuidado, podem também produzir acusações levianas.

Este mesmo enunciado de maternidade é atravessado pela fala de Carolina: *“Elas (mães) se sentem culpadas, né... principalmente essas mães que não perceberam que o abuso estava acontecendo, ou mesmo quando sabem e não tomam alguma providência ... depois a gente vai trabalhando com elas, a história de vida delas e vai trazendo pra essa composição familiar atual... bom, como é que era essa relação dela enquanto filha, com a sua mãe e como é que é a relação hoje dela, com os filhos...”*. Essa noção de culpa, é construída a partir do modelo de mãe criado culturalmente, que não permite que ela, como já discutido, falhe na proteção

de seus filhos. Essa “falha” é considerada um grave problema moral, que só pode produzir um sentimento tão punitivo quanto a culpa o é.

Assim também afirma Clara: *“a forma como seus pais, seus avós foram criados, foram educados, tende a se reproduzir com esses atuais filhos, que são as vítimas, no caso. Não conseguindo propiciar um ambiente seguro, aquela criança realmente vai ficar muito vulnerável.”* Aqui, além da compreensão do instinto materno inato, da noção de mãe protetora, aparece também a ideia de repetição do papel assumido pela mãe, que se perpetua ao longo das gerações. Nessa perspectiva, Filho (2009) aponta que o desempenho da família depende do desempenho, por parte dos pais, dos seus papéis e a qualidade disto está relacionada às suas vivências, afirmando que: “para os pais que, em seu desenvolvimento, não vivenciaram essas aprendizagens, torna-se mais difícil o estabelecimento das hierarquias necessárias, agindo, de maneira invasiva, como é o caso do abuso sexual, praticado pelos pais contra seus próprios filhos” (FILHO, 2009, p. 32).

Esta ideia de que a prática do abuso tende a se perpetuar através das gerações, coloca a questão do abuso sexual em um terreno perigoso e de solo movediço. Muito se tem conhecimento, através da literatura produzida sobre o tema, que a maioria dos que sofreram abuso sexual na infância ou adolescência, não o cometem em nenhum período da vida. Pensando no processo histórico da construção do conceito de família, e na sua definição contemporânea de responsabilidade pela formação do caráter da criança, boa parte dessa ideia pode estar aí implícita, em relação aos casos de abuso sexual intrafamiliar, quando se afirma que o exemplo vem de casa. Mas é fato que somos construídos, como sujeitos, através de todas as relações estabelecidas ao longo de nossa história que não só com os nossos pais e que podemos, sim, produzir concepções e modos de subjetivação distintos. É possível afirmar em relação a isso, a partir de considerações feitas por Guacira Louro (2000), que a escolha do objeto sexual se constrói socialmente, a partir de muitas possibilidades de vivência da sexualidade e dos significados que se atribuem a essas possibilidades, sendo a “direção do interesse erótico” estabelecida desta forma.

A partir das falas relacionadas, também pode-se perceber o quanto o papel do abusador fica “preso” a figuras masculinas e o quanto essa estigmatização pode conformar práticas de atendimento divergentes da compreensão da criança/adolescente, podendo até mesmo atuar na produção de desejo. O desejo, neste sentido, assim como o amor materno, não é vislumbrado como um instinto. É considerado algo da ordem da produção, quando há um olhar condenador lançado a um homem que se aproxima de uma criança/adolescente, onde há um pré-conceito já estabelecido.

Se já está implícito, de alguma forma, que o abuso é cometido por homens, há posto aí também algo da ordem da negação, sendo impossível trabalhar os diversos papéis que a mãe – ou a figura feminina – pode assumir, além da protetiva. Sendo assim, a mãe é tomada também como vítima, e não como alguém de quem a criança/adolescente, em muitos casos, deva ser protegida, o que produz efeitos no modo como o atendimento é realizado, podendo até provocar efeitos danosos nas vítimas.

5.2 Família

Outro ponto relevante destacado nas entrevistas, é a conceituação da ideia de família, tomada por cada profissional. Apesar da transformação do conceito de família, exposta anteriormente, em algumas falas ainda são encontradas as marcas destas cristalizações históricas anteriores. Ou seja, a família não é uma noção homogênea, que representa certa evolução de um conceito. As diferentes formas de compreender a família estão constantemente em disputa, carregando as marcas das transformações históricas, mas também reivindicando antigas classificações e hierarquizações.

Em uma das falas, podemos analisar algumas destas marcas. Trata-se da fala de Isabel, que trabalha em um serviço de assistência às vítimas: “*Nós trabalhamos com a família nuclear... com quem mora na mesma casa*”. Tal conceito também atravessa a fala de João, que atua na justiça: “*A família é composta por aqueles que residem no mesmo domicílio... mesmo se não compartilharem de consanguinidade.*” Apesar dos laços de consanguinidade não serem destacados nas

duas falas, o fato dos componentes da família serem considerados por morarem na mesma casa é relevante.

A família pode ser compreendida “como a constituição de vários indivíduos que compartilham circunstâncias históricas, culturais, sociais, econômicas e afetivas” (FILHO, 2009, p. 31). Esse aprimoramento do conceito de família – apontado pelo autor –, entendido como amplo e propulsor de inúmeras mudanças na constituição das leis de proteção à criança e ao adolescente, como na forma de cuidado com os filhos, pode ser evidenciado na seguinte fala: “*Considera-se intra(familiar) quando tem uma relação afetiva, assim, eu entendo... uma relação próxima. Pode ser tanto pai, mãe, padrasto, irmãos, primos, como pode ser vizinhos, amigos, colegas... a gente considera intra quando é dentro daquele contexto... social, afetivo... não necessariamente quando tem laços de sangue, mas quando engloba todo esse círculo da criança*” (Maria). Uma visão mais ampliada da ideia de família pode ser uma maneira de se prestar uma atenção mais integral à vítima do abuso intrafamiliar, pois considera os sentimentos envolvidos nas relações que a criança/adolescente estabelece em sua vida. Relações essas que compõem o seu desenvolvimento físico e emocional, colaborando para a promoção de sua saúde.

Cabe destacar neste momento que dentro da mesma rede de atenção concepções diferenciadas aparecem e o quanto isso pode gerar grandes dificuldades na realização das práticas, visto que a real dimensão do problema, com suas modalidades e implicações, pode não ser devidamente percebida e a condução dos atendimentos se dar de maneira equivocada, podendo até comprometer o tratamento.

O trabalho desenvolvido por cada um dos profissionais, isoladamente, depende e é definido pelos discursos tomados como verdade. A concepção de família talvez seja o mais determinante para o andamento do tratamento da criança ou do adolescente que sofreu um abuso sexual intrafamiliar. Como já dito, o abuso ocorrido dentro da família pode se configurar muito mais danoso do que aquele cometido por um desconhecido, pois envolve alguns aspectos psicológicos específicos.

É exatamente neste ponto que a definição de família que determinado profissional concebe, pode produzir efeitos quando o abusador não seja considerado parte componente desta, pois os sentimentos envolvidos em torno da temática do abuso são diversos e se exacerbam quando há laços de parentesco entre o abusador e o abusado, onde há rituais de conquista e ameaça e é produzido algo da ordem da confusão: há sedução, sofrimento, prazer, ódio, traição, amor, um jogo que é jogado perigosamente.

Nos casos de abuso identificados na rede, algumas medidas importantes são tomadas, como a medida protetiva (em casos de investigação) e a prisão (quando reconhecido o crime, por parte da justiça). Mas essas medidas, mesmo sendo tomadas em consonância com a lei, visando a garantia da proteção da criança/adolescente, resultam em algumas complicações para a família, e a perda da renda pode ser considerada a principal delas em muitos casos.

É importante levar em conta o quanto o afastamento do(a) agressor(a) de casa pode implicar na perda da renda que a família utiliza para sobreviver, e reconhecer que este é um dos fatores que contribuem para que muitas famílias recebam o abusador de volta, como um recurso para seu sustento, retirando a denúncia, conforme a afirmação de Clara: *“Muitas vezes, as mães não se desfazem do companheiro... por não querer ver a realidade ou por precisarem dele, pra sustentar a casa. Muitas chegam até a denunciar, mas retiram a denúncia depois, quando não conseguem dar conta da casa.”*

Essa é uma modalidade de configuração de família baseada no modelo patriarcal, determinado historicamente. Por mais que esse modelo já tenha sido redefinido ao longo do tempo, ele continua presente nos dias atuais, de maneira a conformar práticas devido, muito provavelmente, a uma definição muito clara dos papéis que devem ser assumidos por cada um dentro da família, proporcionando uma falsa ideia de segurança e estabilidade.

5.3 Infância e Adolescência

O olhar lançado às crianças foi se transformando historicamente, produzindo práticas distintas de cuidado e proteção, bem como a definição das fases de infância e adolescência. Os conceitos referentes a essas duas fases da vida, produzidos pelos profissionais entrevistados, são bastante concordantes entre si e complementares, variando minimamente, conforme as falas a seguir relacionadas:

“... criança é considerado até os doze anos e adolescente, dezoito, conforme preconiza o ECA” (Isabel). Partindo da época histórica onde “a criança passou de um ser indiferenciado a um ente fundamental da sociedade, foco das atenções das principais instituições sociais” (GURSKI, 2012, p. 65), até que fosse possível designar criança/adolescente como um sujeito de direitos, no século passado, abre-se campo para alguns questionamentos sobre as idades definidas pelo Estatuto. Difícil poder afirmar, de forma generalizada, que crianças de uma determinada idade tenham ou não maturidade suficiente para compreender algumas questões, como a sexualidade, por exemplo.

A fala de João é atravessada por isso: *“É considerado criança até os quatorze anos... é uma idade diferente das idades clássicas do Estatuto da Criança e do Adolescente, que prevê até os doze anos criança, e dos doze aos dezoito, adolescente. Para fins de caracterização da vítima de violência sexual, o código penal estabeleceu esse limite de quatorze anos, sobre o qual há discussão e há divergência.”* Essa questão acaba abrindo margem para relativizações, que muitas vezes podem colocar em xeque uma suspeita de abuso sexual, principalmente nos casos onde só se tem a palavra da criança/adolescente contra a do seu abusador, sem haver marcas físicas que comprovem a violência. Torna-se complicada, também, a avaliação de forma individual de cada criança/adolescente para determinar seu “grau” de maturidade emocional, pois esta se colocaria como uma demanda impossível de ser atendida.

Neste ponto, é importante considerar que há situações que fogem ao controle exercido pela sociedade sobre os corpos e sua sexualidade, provocando rupturas e (des)continuidades históricas. Situações que rompem com todo um discurso já estabelecido e tomado como verdade, e que vão de encontro com a fala de Clara: “A

gente identifica... não é um preconceito, mas uma falta de informação, é uma ignorância absoluta e absurda. Existem meninas que têm quinze anos, treze, quatorze anos, que são mulheres... elas têm até desejo sexual. Elas são bonitas, são grandes, são desenvolvidas... são mulheres, enfim. Existem pessoas que acham que elas sabem o que estão fazendo, assim... elas podem até saber o que é o ato sexual, elas podem saber o que é beijar, podem saber o que é isso, mas não têm noção do que realmente acontece. Tem menina de doze anos com corpo de mulher, com homem de trinta anos, que acha que pode ficar com elas como se fossem mulheres mesmo... e elas não têm maturidade, elas não têm capacidade de saber o que está acontecendo. Eu digo, assim... da faceta da maldade do homem em relação a elas.” Aqui, não só a infância, como também a adolescência são tomadas como uma fase de certa ingenuidade e inocência, onde não há compreensão da violência sexual.

Um discurso que se associa a essas falas é o da psicologia do desenvolvimento, que vai determinar que um sujeito vai se constituindo de forma gradual e evolutiva e que resultaria numa pessoa com condições de discernimento na fase adulta. A condução da vida nem sempre respeita esta ordem linear, muito menos se enquadra nas datas e idades definidas por lei como limites de uma fase ou outra. Entretanto, em termos de práticas profissionais e parâmetros para as políticas públicas, esse é um embate que se coloca para os profissionais. Há de um lado as definições normativas, e de outro, os sujeitos com seus contextos, seus atravessamentos e sua imprevisibilidade, o que acaba provocando incongruências nas formas de atendimento realizadas.

É evidente que é preciso considerar sobre que idade e infância se fala. Acredito que, neste ponto do trabalho, esteja claro que as crianças de pouca idade não tenham maturidade e discernimento suficientes para compreender a dinâmica e as consequências do abuso sexual, enquanto crianças maiores e adolescentes possam já ter desenvolvido esta capacidade. Isso não significa que esta criança ou adolescente permita ou provoque a ocorrência dos atos violentos, mas é relevante sempre se ter em mente que a maturidade psicológica e sexual varia para cada sujeito, de acordo com a cultura, o tempo e o contexto em que ele se encontra inserido.

5.4 Vulnerabilidade Social

Em meio aos enunciados pesquisados, surge, de maneira relevante, a questão da vulnerabilidade social – tomada como pobreza, como escassez de recursos financeiros –, destacada como um fator de risco associado ao abuso sexual intrafamiliar.

As afirmações não são de que essa prática não seja cometida em classes mais abastadas, pelo contrário, mas há unanimidade na afirmação de que estes casos, em específico, não se transformam em estatísticas, pois são conduzidos de forma mais velada, acessando serviços particulares, o que mantém os casos em um maior sigilo, como aparece na fala de Carolina: *“O que chega a nós, aqui no serviço, talvez até por ser um serviço público, são famílias de baixa renda. Talvez, se fizesse estudos mais aprofundados, se perceberia também grandes índices envolvendo famílias de classe média, média-alta... mas o que chega pra nós, o que mais alarma, são famílias de baixa renda. Então esse, talvez, seja um fator agravante, digamos assim. Pensando também na própria questão da habitação, assim... numa casa que tem um dormitório, pra uma família com seis pessoas que dormem juntos... isso favorece. Então, a habitação, condições precárias e questão de baixa renda... que daí inclui também uma fragilização de vínculos”*.

Neste caso, a fragilização de vínculos está relacionada à pobreza, assim como à criminalização, da mesma forma como há séculos atrás se vislumbrava. Uma ideia de que as pessoas pobres não têm condições de criar seus filhos, devido à marginalização em que se encontram estabelecidas, tomadas como incapazes de conceber uma vida longe do crime está instituída. O movimento instituinte se faz quando alguém pobre não rouba, não mata, não violenta.

Conforme Nascimento, Cunha e Vicente (2007, texto digital), a partir da aprovação do ECA, em 1990, a família pobre passa a ganhar o estatuto de família negligente. Essa categorização justifica a intervenção estatal na punição da família, sendo o

Discurso não mais o da falta de condições materiais para o cuidado dos filhos, e sim o desrespeito aos direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, como saúde, educação, alimentação, entre outros, que tomam forma nos casos de violência intrafamiliar, ‘risco social’, exploração do

trabalho infantil [...]. Sem considerar que, muitas vezes, a família pobre é privada desses direitos, e conseqüentemente não tem como suprir/garantir as necessidades de seus filhos.

Esta generalização que é tomada como verdade, resulta da ideia de ignorância, associada a falta de educação e recursos, condenando e criminalizando a pobreza, como se o fato de possuir pouco dinheiro em comparação a outro fosse motivo forte o suficiente para o crime. “É mais fácil demonizar, culpar, criminalizar a família, individualizando a violência, deixando de fora as relações de poder contemporâneas” (NASCIMENTO; CUNHA; VICENTE, 2007, texto digital). Podemos afirmar que a origem social propicia o ambiente, mas não que determina as escolhas.

Em contraposição, João acredita este não ser um fator de risco, mas apenas um dado em evidência, visto que são essas famílias de classes mais humildes, que acessam os serviços públicos de atendimento. Ele afirma: *“Não me parece que o crime sexual esteja vinculado diretamente a vulnerabilidade social.”* Apesar disso, o que se evidencia nas falas é o fato dessas famílias não possuírem um espaço de intimidade preservados, devido à falta de recursos, podendo estar mais vulneráveis a este tipo de violência. *“Quando não há preservação mínima da intimidade das pessoas e nem do respeito... são espaços propícios a todo o tipo de distúrbio. Então ali, algum sujeito que já tenha uma tara inicial, se ele é alcoólatra e dorme no mesmo quarto com todo mundo, nós vamos facilitar que as coisas aconteçam... mas eu não digo que a pobreza seja a causa principal”* (João). Nesta fala também são colocadas ideias pré-concebidas, como a questão do alcoolismo. Não se pretende dizer que um alcoólatra não possa cometer um abuso sexual, o que se pretende é romper com os pré-conceitos estabelecidos e que são tomados como verdade absoluta, visto que eles engessam e afetam de maneira negativa a maneira como os atendimentos são prestados às vítimas.

Uma questão importante a se pensar são as naturalizações que emergem dessas concepções fixas em relação a posição econômica das famílias. O fato das famílias que têm mais recursos não acessarem a rede faz com que elas sejam invisibilizadas, produzindo a ideia de que, se esses abusos existem, eles são em menor quantidade. Além disso, associam-se à pobreza vários comportamentos desregrados (alcoolismo, falta de limites, promiscuidade, permissividade) e que não

são vistos, por exemplo, como uma forma de lidar com este contexto sociocultural, mas como um mau-hábito, como uma falta moral. Neste ponto, onde algumas concepções se mostram cristalizadas, de forma condenatória, é que se estabelece uma linha muito tênue entre o cuidado e a criminalização, o que reflete na maneira de se acolher o sujeito.

Uma alternativa possível seria cumprir com a prerrogativa da compulsoriedade das notificações. Mas porque isso não acontece? Quais são as amarras que impedem que os casos conhecidos de abuso em famílias com condição econômica elevada não sejam notificados? Algumas hipóteses poderiam ser levantadas a esse respeito, mas nenhuma que pudesse dar conta de encontrar respostas para isso, até porque não é esta a intenção. De fato, é um ponto bastante pertinente a ser problematizado entre todos os campos envolvidos com a temática, merecendo que essas práticas possam ser repensadas, reavaliadas, de forma a garantir uma maior clareza e visibilidade do problema do abuso sexual intrafamiliar. Apenas desta forma é que se poderá criar estratégias realmente eficientes, alicerçando o trabalho em rede e fortalecendo a produção do cuidado em saúde para as vítimas desta violência.

5.5 Abuso Sexual

O abuso sexual é outro conceito pesquisado, um tema que possui uma dinâmica complexa envolvida. Assim como já definido, o abuso sexual pode ser compreendido de forma abrangente, passando por toques, carícias, voyeurismo, exibicionismo, até a penetração, seja ela digital, anal ou vaginal. A partir dessa definição encontrada na literatura, buscou-se investigar entre os profissionais entrevistados o que cada um deles entende por abuso sexual, considerando a relevância disto, visto que, a forma como cada sujeito constrói e se apropria de um determinado conceito, define suas práticas perante a ocorrência deste.

Percebe-se que, de maneira geral, os significados do abuso se ampliaram para os profissionais, que definem a partir das normativas legais não mais o abuso como sinônimo de estupro. Sobre o que entende por abuso, Maria afirma: *“Abuso não quer dizer penetração ou só o ato sexual em si. Se o abusador passa a mão na*

criança, nas partes íntimas, ou faz a criança fazer nele, pra nós é a mesma coisa... caracteriza abuso sexual.” Aqui permanece como um dos pontos centrais a questão do contato físico, mesmo que não seja objetivamente uma penetração.

Para Clara, a definição de abuso é tomada como uma prática não somente física, estando em dissonância com a afirmação de Maria: *“a questão do abuso também inclui ver, visualizar uma relação sexual.”* Apesar das conceitualizações serem divergentes, de alguma forma elas são complementares, produzindo um olhar ampliado sobre o enunciado em questão, reconhecendo que as práticas de abuso são diversas.

Práticas essas estabelecidas como naturais em tempos anteriores na nossa sociedade, mas que, a partir do século XIX, quando várias leis de proteção à infância foram criadas, passou-se “da indiferença para com os abusos e práticas sexuais envolvendo crianças, durante vários séculos, à vigilância constante da sexualidade infantil, bem como de outras sexualidades, vistas a partir de então como potencialmente doentias e perigosas” (FELIPE, 2012, p. 61). E é com essa vigilância imposta sobre a sexualidade que se exerce o poder de controle dos corpos, na intenção de educá-los e docilizá-los para o convívio em sociedade.

Para além disso, a negligência, o abandono, o rompimento de vínculos são problemas que estão interligados ao abuso sexual intrafamiliar e que possivelmente ocorreram concomitantemente a este, como uma observação feita por Carolina: *“A questão do abuso tá junto, é o foco talvez central, é o que trouxe a criança, mas muitas outras demandas são trabalhadas aqui... o próprio abandono familiar, esse rompimento de laços...”*. Da mesma forma, a fala de Isabel é atravessada: *“Aliado ao abuso, a gente sempre vai ter a negligência, a violência, o abandono... todas as outras demandas. Então, na verdade, o tema abuso, ele acaba sendo dissolvido em tantas outras violações que essa família venha a apresentar... e a gente trabalha toda a demanda familiar.”* Como já destacado, a dinâmica do abuso sexual é complexa e compreende aspectos sociais e legais, sendo que estes devam ser considerados em sua amplitude. Interessante pensar a forma como o abuso aparece como a ponta do iceberg, a prática limite numa sequência de práticas de violência perpetradas cotidianamente, e que desembocam nesta forma mais íntima de violência em relação ao corpo do outro, neste caso, da criança ou do adolescente.

Se os profissionais avaliam desta forma, também alguns impasses surgem desta formulação. Se outras formas mais cotidianas e sutis antecederam o abuso sexual, a ocorrência do abuso representa uma falha nas instâncias de proteção à criança que não conseguiram ou não conseguem intervir preventivamente.

Seria possível pensar então que o abuso, por seu caráter moral, se constrói como uma violência mais intensa e, portanto, mais legítima para intervenções eficazes? Será que o ato, quanto mais violento, mais legítimo se configura? Um grave problema pode surgir, se pensarmos que é a intensidade da violência que a legitima como crime, e não a violação dos direitos humanos, como ocorre nos casos de negligência e abandono familiar. Deste modo, o cuidado não se exerce de forma a proteger a criança/adolescente, quando a intervenção só acontece nos casos extremos. O olhar, para produzir um cuidado efetivo, deveria se direcionar para os sinais sutis de problemas na família, para que a proteção possa ocorrer de forma a evitar violências mais intensas, com danos de proporção muito maior.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme as ferramentas conceituais estabelecidas para esta pesquisa, não se buscou definir categorias a partir das falas dos profissionais entrevistados. Contudo, algumas questões surgiram nessas falas e foram tomadas como centrais na construção da análise, por remeterem a enunciados que circulam em diferentes discursos e saberes. São eles: Maternidade, que nos possibilitou colocar em questão, a partir das expectativas lançadas à mulher e ao homem, no exercício da parentalidade, noções de gênero enraizadas socialmente. Família, que, apesar das transformações históricas, identificou-se que as falas dos profissionais entrevistados apresentam a heterogeneidade desse conceito, mas não pela sua ampliação, e sim pela dificuldade de se desvincular de modelos fixos da família nuclear. Infância e adolescência, ponto no qual foram discutidas situações de controle sobre os corpos e sua sexualidade, bem como as rupturas e (des)continuidades históricas sobre o conceito. Vulnerabilidade social, que, através das falas possibilitou pensar na flexibilidade deste conceito e no uso dele como novos modos de nomear a pobreza e abuso sexual, que nos permitiu a discussão sobre a construção do conceito, acerca das práticas que caracterizam esta violência, tomada das mais diversas formas em relação à história e à cultura.

Os enunciados descritos neste trabalho são acionados por profissionais que trabalham em serviços que compõem a rede de atendimento às vítimas de abuso sexual intrafamiliar (crianças, adolescentes e suas famílias). Pode-se compreender, desta forma, a construção dos discursos e das práticas que os profissionais assumem sobre cada conceito destacado, a partir dos jogos de

verdade, que constitui diversos modos de subjetivação ao longo de sua prática, visto que o discurso subjetiva, na medida em que é tomado como verdadeiro e legítimo.

Em relação ao conceito de maternidade, evidencia-se a partir do discurso dos profissionais, a concepção do lugar materno como sagrado, tomado como instinto inato à mulher, sendo inconcebível a ideia da mãe como uma possível abusadora. Conseqüentemente, o homem é tomado como aquele que pratica o crime, sendo colocado sempre sob suspeita, evidenciando questões de gênero sustentadas socialmente.

Ao conceito de família, apresentou-se noções distintas tomadas como verdade, passando desde a ideia de família nuclear, até aquela que é considerada a partir das relações de afeto estabelecidas. Apesar dessa diversidade se apresentar, ela se evidencia pela dificuldade de romper com a norma estabelecida da família nuclear como estrutura, e não pelas descontinuidades ao longo da história.

A (des)sexualização e controle dos corpos se faz presente na elaboração dos conceitos de infância e adolescência, apropriados de forma homogênea pelos profissionais quanto à definição de cada uma das fases, construída culturalmente. Os impasses surgem quando há a tentativa de romper com a ideia já concebida de inocência e ingenuidade, atreladas, principalmente, à infância.

Outro ponto é a vulnerabilidade social, da qual se apropriam os profissionais de forma correspondente à pobreza e à falta de recursos financeiros, definindo-a como um importante fator de risco associado ao abuso sexual intrafamiliar. A criminalização da pobreza aparece, relevantemente, colocando as famílias de baixa renda em uma posição de ignorância e incapacidade, desqualificando-as.

O abuso sexual é tomado no discurso como uma consequência de outras formas de violência, como a negligência e o abandono familiar, mas com relevância absurdamente maior, sendo considerado a prática limite, numa sequência de práticas violentas perpetradas cotidianamente.

Devido a essas questões ressaltadas, compreende-se a relevância da pesquisa sobre o tema em destaque, de bastante complexidade e que exige muito preparo dos profissionais para atuarem junto aos serviços de atendimento às vítimas

e suas famílias. Merece ressaltar a importância de se falar sobre essas práticas ao longo da formação, de exercitar o olhar para essa temática e conhecer a rede de atendimento, para que seja possível acioná-la quando necessário ao longo da vida profissional, mesmo não atuando diretamente a ela. Quando se trata do profissional da saúde – esta considerada de uma maneira ampliada, para além de uma necessidade ou demanda específica –, é imprescindível que os profissionais estejam minimamente informados, para poder auxiliar o sujeito. Vimos que a formação acadêmica, neste campo, nem sempre dá conta, no que tange ao preparo do estudante para trabalhar com problemas da magnitude do abuso sexual, seja ele intrafamiliar ou não.

Além do preparo dos estudantes e da capacitação dos profissionais envolvidos com a problemática, a aplicabilidade das leis, a implantação e criação de políticas públicas mais próximas à realidade vivida pelas famílias é consideravelmente necessária, e isso não se pode desvincular do processo de formação acadêmica e educação permanente. É interessante a aproximação deste campo de atuação – onde as formas de atendimento se mostram muitas vezes cristalizadas –, com o olhar curioso e sedento de um futuro profissional, em sua formação. Esse olhar, se exercitado de forma a colocá-lo em campo, numa pesquisa, por exemplo, pode construir propostas interessantes para problematizar as práticas existentes, na tentativa de aprimorá-las, inventando novos modos de intervir nestas situações.

REFERÊNCIAS

ALBERTO, Maria de Fátima P.; et al. Os agentes sociais da rede de proteção e atendimento no enfrentamento da exploração sexual comercial. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 25, n. 1, p. 130-138. Porto Alegre, 2012.

ARAÚJO, Maria de Fátima. Violência e abuso sexual na família. **Psicologia em Estudo**, v. 7, n. 2, p. 3-11. Maringá, 2002.

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. Tradução Dora Flaksman. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

AZAMBUJA, Maria Regina Fay. **Violência sexual intrafamiliar: É possível proteger a criança?** Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2004.

BADINTER, Elisabeth. **Um amor conquistado: o mito do amor materno**. Tradução Waltensir Dutra. 9. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BONAMIGO, Irme S. Violências e contemporaneidade. **Revista Katál**, v. 11, n. 2, p. 204-213. Florianópolis, 2008.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2002a.

BRASIL. **Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil**. 3. ed. Brasília: SEDH/DCA, 2002b. Disponível em: <http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/conanda/plano_nacional.pdf> Acesso em: 6 jun. 2013.

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos. **Programa Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes**. [2002?]. Disponível em: <http://www.sedh.gov.br/clientes/sedh/sedh/spdca/exploracao__sexual>. Acesso em: 9 jun. 2013.

CHAVES, Tharcila V.; SANCHES, Zila M.; RIBEIRO, Luciana A. Fissura por crack: comportamentos e estratégias de controle de usuários e ex-usuários. **Revista de saúde pública**, v. 45, n. 6, p. 1168-1175. São Paulo, 2012.

CHEMIN, Beatris F. **Manual da Univates para trabalhos acadêmicos:** planejamento, elaboração e apresentação. 2ª ed. Lajeado: Univates, 2012. E-book. Disponível em: <www.univates.br>. Acesso em: 14 jun. 2013.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Serviço de proteção social a crianças e adolescentes vítimas de violência, abuso e exploração sexual e suas famílias:** referências para a atuação do psicólogo. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2009.

DAHLBERG, Linda L.; KRUG, Etienne G.. Violência: um problema global de saúde pública. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 11, p. 1163-1178. Rio de Janeiro, 2006.

FELIPE, Jane. Erotização dos corpos infantis. IN: LOURO, G. L.; FELIPE, J.; GOELLNER, S. V. (orgs.). **Corpo, gênero e sexualidade**. 8. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

FERNANDES, L. CARVALHO, M. T. Por onde anda o que oculta: o acesso aos mundos sociais de consumidores de drogas através do método snowball. **Revista Toxicodependências**, v. 6, n. 3, p. 17-28. Porto, 2003.

FILHO, Moacyr F. P. **Abuso sexual em meninos:** a violência intrafamiliar através do olhar de psicólogo que atende em instituições. Curitiba: Juruá, 2009.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

GURSKI, Roselene. O lugar simbólico da criança no Brasil: uma infância roubada? **Educação em Revista**, v. 28, n. 1, p. 61-78. Belo Horizonte, 2012.

HABIGZANG, Luísa F.; KOLLER, Sílvia H.; AZEVEDO, Gabriela A.; MACHADO, Paula X. Abuso sexual infantil e dinâmica familiar: aspectos observados em processos jurídicos. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 21, n. 3, p. 341-348. Brasília, set./dez. 2005.

JUSTINO, Lucyana Conceição L.; FERREIRA, Sandra Regina P.; NUNES, Cristina B.; BARBOSA, Maria Angélica M.; GERK, Maria Auxiliadora S.; FREITAS, Sandra Luzinete F. Violência sexual contra crianças e adolescentes: notificações nos Conselhos Tutelares, Campo Grande, Mato Grosso do Sul, Brasil. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, v. 32, n. 4, p. 781-87. Porto Alegre, dez. 2011

KRÜGER, Carine. Padrasto vai preso por molestar duas enteadas. **O Informativo do Vale**, Lajeado, 10 de maio de 2013. Disponível em: <<http://www.informativo.com.br/site/noticia/visualizar/id/37076>> Acesso em: 16 mai. 2013.

LEMINSKI, Paulo. **Toda poesia**. São Paulo: Companhia da Letras, 2013.

LOURO, Guacira L. Corpo, escola e identidade. **Educação & Realidade**, v. 25, p. 59-76. Porto Alegre, jul./dez. 2000.

MARCHI, Cíntia. Polícia prende suspeito de abusar de sete crianças em Lajeado. **O Informativo do Vale**, Lajeado, 22 de abril de 2013. Disponível em: <<http://www>>.

informativo.com.br/site/noticia/visualizar/id/36023/?Suspeito_de_abusar_sete_criancas_em_Lajeado_e_preso.html>. Acesso em: 26 abr. 2013.

MARTINS, C.; PULITA, G.; FARINA, J. Irmãs vítimas de tortura e abuso sexual por parte de padrasto depõem no Vale do Taquari. **Casos de Polícia**. Disponível em: <<http://wp.clicrbs.com.br/casodepolicia/2012/09/07/irmas-vitimas-de-abuso-sexual-contra-menores-escravidao-e-tortura-sao-ouvidas-em-audiencia-no-vale-do-taquari/?topo=52,1,1,,171,e171>>. Acesso em: 10 mai. 2013.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Abuso sexual é o segundo maior tipo de violência**. 2011. Disponível em: <<http://www.blog.saude.gov.br/abuso-sexual-e-o-segundo-maior-tipo-de-violencia>> Acesso em: 19 out. 2013.

NASCIMENTO, Maria L.; CUNHA, Fabiana L.; VICENTE, Laila M. D. A desqualificação da família pobre como prática de criminalização da pobreza. **Revista Psicologia Política**, v. 7, n. 14. Rio de Janeiro, 2007.

NARDI, Henrique C.; TITTONI, Jaqueline; GIANNECHINI, Letícia; RAMMINGER, Tatiana. Fragmentos de uma genealogia do trabalho em saúde: a genealogia como ferramenta de pesquisa. **Caderno Saúde Pública**, v. 21, n. 4, p. 1045-1054. Rio de Janeiro, 2005.

NETO, João Leite Ferreira. A experiência da pesquisa e da orientação: uma análise genealógica. **Fractal: Revista de Psicologia**, v. 20, n. 2, p. 533-46. Belo Horizonte, MG, 2008.

PAIXÃO, Ana C. W. da; DESLANDES, Suely F. Análise das políticas públicas de enfrentamento da violência sexual infantojuvenil. **Saúde Sociedade**, v. 19, n. 1, p. 114-126. São Paulo, 2010.

ROTTA, Emilio. Polícia investiga estupro de menino de seis anos. **O Informativo do Vale**, Lajeado, 11 de julho de 2012. Disponível em: <<http://www.informativo.com.br/site/noticia/visualizar/id/23233>> Acesso em: 26 abr. 2013.



APÊNDICES

APÊNDICE A – Roteiro de entrevista

ROTEIRO – ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA**Dados de identificação**

Nome:

Idade:

Profissão:

Locais onde trabalha e vínculo:

Carga horária:

Tempo de experiência na atividade:

EIXOS NORTEADORES**Denúncia, investigação e comprovação do crime**

- O que acontece quando surge uma criança ou adolescente com suspeita de abuso sexual?
- Como chega à denúncia ao serviço? Por quem e como é feita?
- Quais os próximos passos?
- Como a investigação é feita? Como se produz prova?
- Como a rede de atenção é acionada e se é acionada?
- Quais os serviços e profissionais envolvidos?
- Como o caso é acompanhado?

O abuso sexual e suas facetas

- O que você considera abuso sexual?
- Quais práticas podem ser consideradas abuso sexual perante a lei, por parte do direito? E por parte da psicologia?
- Quais os sentimentos envolvidos em torno desta temática (profissionais, vítimas, abusadores, família)?
- Quais os principais fatores de risco associados ao abuso sexual?
- Você identifica alguma diferença se o abuso for cometido por alguém da família ou não?
- Qual a noção de família utilizada para pensar se o abuso/violência foi cometido por familiar ou não?

Políticas públicas e rede de atenção

- Quais políticas públicas tentam dar conta disso?
- Há articulação da rede assistencial?

Capacitação e interlocução dos profissionais

- Como se dá a interlocução dos profissionais envolvidos?
- Como lidar com esse tema?
- Há preparação/capacitação dos profissionais?

Tratamento, ação e prevenção

- Quais os danos psicológicos causados por um abuso sexual intrafamiliar na criança e no adolescente? Como tratar?
- Isso é diferente conforme a idade da criança ou adolescente?
- Há peculiaridade nos casos de violência sexual pelo fato de serem crianças e adolescentes?
- O que você entende por infância e adolescência?
- É possível prevenir? De que maneira?
- Como descobrir? O que fazer?

Dificuldades enfrentadas pelos profissionais e serviços

- Quais as barreiras (emocionais e legais) enfrentadas pelos profissionais diante de um caso de abuso sexual intrafamiliar?
- Quais são os casos recebidos pela instituição?
- Quem são os abusados? Mais meninos ou meninas?
- Quem são os abusadores? Mais pai/padrasto ou mãe?

APÊNDICE B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado a participar, de forma voluntária, de uma pesquisa cujo título é **“Abuso Sexual Intrafamiliar contra Crianças e Adolescentes: rede de atenção e cuidado em município da região do Vale do Taquari”**.

O estudo visa compreender as concepções acerca do abuso sexual, família e infância/adolescência para os profissionais que compõem a rede de atenção e cuidado às vítimas, de um município do Vale do Taquari, através do mapeamento da rede de serviços que prestam atendimento às crianças e adolescentes vítimas de violência sexual intrafamiliar. A pesquisa será realizada através de entrevistas semi-estruturadas, que serão gravadas e transcritas, para posterior análise de dados.

Ainda, a presente pesquisa pode vir a contribuir para a ampliação do conhecimento dos profissionais participantes acerca dos temas pesquisados, refletindo na forma como realizam seu trabalho, possibilitando a criação de novas estratégias nas redes de atenção.

Este estudo não trará prejuízo ou risco aos sujeitos pesquisados, porém pode trazer desconforto que poderá estar relacionado ao tema abordado. Além disso, o entrevistado poderá ter o desconforto de se sentir constrangido em falar sobre o assunto com uma pessoa estranha e por estar sendo gravado o tempo inteiro durante a entrevista por um aparelho eletrônico.

Eu, _____, livre de qualquer forma de constrangimento ou coerção, declaro que aceito participar do referido estudo e pelo presente Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, declaro que autorizo minha participação nesse estudo, pois recebi esclarecimentos sobre seus objetivos, justificativa e estratégias de cuidado a que serei submetido (a) de forma clara e detalhada.

Sendo assim, autorizo a acadêmica responsável a registrar minhas falas na íntegra em aparelho gravador eletrônico, desde que fique assegurada a confidencialidade de minha identidade e sigilo de minhas informações, sendo utilizada apenas para fins científicos.

Fui igualmente informado (a):

- Da garantia de receber resposta a qualquer pergunta ou dúvida quanto às estratégias de cuidado do projeto;
- Da liberdade de retirar meu consentimento a qualquer momento e deixar de participar deste estudo, sem que isto implique em nenhum tipo de prejuízo ou penalização, nem a mim, nem às minhas atividades profissionais;
- Da segurança de que não serei identificado(a) e que será mantido o caráter confidencial das informações referentes à minha identidade;
- Da garantia de que se existirem quaisquer tipos de gastos adicionais referentes à pesquisa, esses serão absorvidos pelo orçamento da acadêmica pesquisadora;
- Todo o material gerado durante o decorrer do trabalho ficará sob posse e responsabilidade da acadêmica pesquisadora por 5 anos e, após será incinerado.

Os aspectos éticos serão respeitados de acordo com a Resolução 196/1996 do Conselho Nacional de Saúde, que trata de pesquisas envolvendo seres humanos. Esta pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UNIVATES – COEP/UNIVATES.

A pesquisadora responsável é a professora Lisandra Espíndula Moreira e a acadêmica responsável, a qual realizará a entrevista é a aluna Jocieli Ferrari. Para qualquer dúvida ou esclarecimento, contate a acadêmica responsável pelo telefone (51) 8186-7616 ou pelo e-mail: joci.ferrari@yahoo.com.br.

Jocieli Ferrari
(acadêmica responsável)

Lisandra Espíndula Moreira
(pesquisadora responsável)

Assinatura do participante

Lajeado, ____ de _____ de 2013



ANEXO A – Carta de Anuência

CARTA DE ANUÊNCIA

Lajeado, ___ de _____ de 2013

Ao Comitê de Ética e Pesquisa/Univates

Prezados senhores:

Declaro que tenho conhecimento e autorizo a execução do projeto de Pesquisa intitulado **Abuso sexual intrafamiliar contra crianças e adolescentes: rede de atenção e cuidado em município da região do Vale do Taquari**, proposto por Jocieli Ferrari, sob orientação da Profa. Lisandra Espíndula Moreira, vinculado ao Centro de Ciências Biológicas e da Saúde (CCBS).

O referido projeto será realizado **(nome do local)** e poderá ocorrer somente a partir da aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa (Coep) da Univates.

Atenciosamente,

Assinatura do profissional responsável pelo local